

Relatório

Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

Audição da personalidade indicada para vogal do Conselho de Administração da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões



ÍNDICE

PARTE I - CONSIDERANDOS

PARTE II - METODOLOGIA

PARTE III – AUDIÇÃO

PARTE IV - CONCLUSÕES

PARTE V - ANEXOS



PARTE I - CONSIDERANDOS

De acordo com o estatuído nos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, os membros do Conselho de Administração são designados por Resolução do Conselho de Ministros, após audição da Comissão competente da Assembleia da República, a pedido do Governo.

Em 22 de fevereiro de 2019, através de ofício dirigido à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vogal do Conselho de Administração da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (cf. anexo 1 a este relatório), o Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral, fazendo acompanhar o ofício da nota biográfica da personalidade e do parecer da CRESAP, nos termos legais aplicáveis.

Do parecer não vinculativo da CRESAP o perfil de competências do prof. Dr. Manuel Herédia Caldeira Cabral obteve a notação + em:

- Liderança,
- Motivação para o Cargo,



- Orientação Estratégica e para os Resultados,
- · Orientação para o Cidadão e Serviço de Interesse,
- Gestão da Mudança e Inovação,
- · Experiência Profissional,
- · Formação Académica,
- · Espirito de Missão,
- · Disponibilidade para um Escrutínio democrático de elevada frequência,
- · Aptidão para o Cargo.

No Parecer Final da CRESAP é referido que: "existem evidências da presença de competências técnicas e comportamentais que sustentam uma apreciação muito positiva para o desempenho do cargo em causa tendo sido emitido o Parecer de Adequado à designação para o desempenho das funções de Vogal Executivo do Conselho de Administração da ASF — Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões."

Em 27 de fevereiro de 2019, deliberou a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa proceder à audição supra referida.



PARTE II - METODOLOGIA

Para a audição foi aprovada a seguinte grelha de tempos:

- Eventual intervenção inicial do indigitado 15 minutos
- Uma ronda, com 5 minutos por Grupo Parlamentar, com resposta imediata por igual tempo.
- Uma ronda, com 3 minutos por Grupo Parlamentar, com resposta conjunta de 10 minutos.

A grelha de tempos da audição foi meramente indicativa e não impediu que todas as perguntas fossem feitas e todas as respostas fossem dadas a benefício do esclarecimento máximo.

PARTE III -AUDIÇÃO

A audição decorreu em reunião da Comissão ocorrida a 10 de abril de 2019, com carácter público e com gravação integral em registo áudio e vídeo, podendo ser consultada na íntegra¹.

http://canal.parlamento.pt/?cid=3886&title=audicao-de-manuel-caldeira-cabral



O Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral iniciou a sua audição com a intervenção que aqui se reproduz:

«Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados é obviamente um prazer estar aqui a discutir as questões ligadas ao setor segurador, conforme foi pedido vou fazer uma apresentação curta inicial deixando depois as questões muitas questões para nas questões que os srs .Deputados vão responder. A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões é a Autoridade Nacional responsável pela supervisão quer prudencial quer comportamental da atividade seguradora dos fundos de pensões e respetivas sociedades gestoras e de mediação de seguros também agora com o novo enquadramento das entidades mutualistas que estão acima de determinado nível de atuação. A ASF tem por missão assegurar o bom funcionamento do mercado segurador e fundos de pensões em Portugal de forma a contribuir para a garantia dos tomadores de seguro pessoas seguras participantes e beneficiários. Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira de todas as instituições sob sua supervisão bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte dos operadores. Esta é uma missão muito importante para a atividade económica pois os seguros não só diminuem o risco como aumentam a confiança e a estabilidade de atuação das empresas e dos cidadãos e a estabilidade e as garantias de solvabilidade são muito importantes para garantir os direitos nomeadamente dos pensionistas e dos reformados mas também para estimular condições para um aumento de poupança que sabemos é uma questão importante na



sociedade portuguesa devidos aos baixos níveis de poupança que são registados já há vários anos. A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para a qual vou entrar entra para um setor que é um setor em mudança está em mudança com o novo regime jurídico de distribuição de seguros que foi aprovado em legislação em 2019, mas para o qual ainda há muito trabalho de regulação a fazer e de normas a provar mas que requer uma nova atenção e uma nova colaboração com as empresas do setor na supervisão porque é um regime que traz vários aspetos de maior proteção aos clientes que traz também novos aspetos em termos de obrigatoriedade de formação que requer mais informação ao cliente e que queremos que não seja apenas mais informação mas informação mais relevante prestada ao longo de todo o processo em que os seguros interagem com os clientes e que tem também várias questões que penso que são muito interessantes de prevenção de conflitos de interesses.

A minha entrada ou a nova entrada para a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões vai ocorrer também num momento em que se consolidam as normas de solvência II no período em que todo este novo mandato vai estar dentro do período de transição mas é importante gerir bem esse período de transição para garantir que ao longo do período de transição há de fato uma evolução no sentido de que as normas da solvência II sejam cumpridas no final do período de transição. O ideal é que sejam cumpridas já ao longo do período de transição mas é por isso mesmo importante que ao longo do período de transição seja monitorizado que as várias entidades quer as seguradoras quer agora também as entidades mutualistas se vão aproximando progressivamente de cumprir todas as normas da solvência II.



A reforma da supervisão e o novo enquadramento é também uma mudança importante e que reforça o papel Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões no sentido da sua inserção no Conselho Nacional de Supervisores Financeiros que ganha também um papel mais importante e que tem nesse sentido novas atribuições no novo sistema de supervisão financeira.

Penso que este reforço do papel da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões reforça também a nossa responsabilidade nesta entidade.

As novas competências que já aqui referi atribuídas Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões no Código das Associações Mutualistas são também muito importantes vai caber à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões avaliar a idoneidade de todos os membros dos órgãos sociais e é algo novo na forma como será feita por uma entidade de supervisão que terá de ser feita com o mesmo rigor com que é feita a idoneidade à avaliação de idoneidade no seguros com o rigor que é feita em todos os outros setores do sistema financeiro.

Há um período de transição e isso é importante também para estas entidades mas tal como para os seguros é importante que a transição seja utilizada no sentido de convergência para com os objetivos finais.

Uma última questão de mudança que não tem tanto a ver com mudança regulatória mas que tem importantes implicações ao nível da regulação é o digital e os importantes desafios que traz quer com novos tipos de seguros que estão a emergir quer com novas empresas e nova concorrência nomeadamente pela liberdade de



prestação de serviços quer também por produtos que têm novas caraterísticas ou novos serviços que estão a ser previstos no digital que requerem atenção e uma atenção com equilíbrio equilibrio que permita a inovação e as vantagens que essa inovação pode trazer para os consumidores mas que acautele também a segurança para que estes novos produtos não venham ter um efeito de criar menos confiança no mercado e para que não possam nos novos produtos haver menos exigência do que já havia ou está e tem que existir de acordo com as mudanças que estão a acontecer no setor.

Em termos de prioridades de atuação que estão ligadas também estas mudanças no setor colocada em primeiro lugar a proteção do consumidor e eu penso que o reforço dos aspetos ligados à defesa do consumidor tanto nos seguros como nos fundos de pensões promovendo maios transparência e mais informação são muito importantes. É preciso trabalhar estes aspetos de uma forma integrada trabalhando a parte toda de maior formação das próprias pessoas dos seguros mas trabalhando também ao nível da informação por uma informação mais rigorosa e mais ampla mas ao mesmo tempo mais clara e acessível às pessoas. Ao mesmo tempo trabalhar também no longo prazo a questão da literacia financeira e da literacia de seguros promovendo um melhor conhecimento do que é que os produtos de seguros fazem do que é que não fazem para que as expetativas dos clientes ao subscreverem estes produtos sejam cada vez mais próximas daquilo que estes produtos podem e devem entregar aos clientes.

Acelerando um bocadinho como desafios também maior coordenação e boa cooperação penso que o novo sistema regulatório que deu entrada para discussão



aqui na Assembleia da República prevê maior coordenação entre as entidades reguladoras e penso que isso é importante mas também penso que devemos promover dentro do setor maior cooperação com as entidades do setor com todos com os mediadores com as seguradoras etc no sentido de os novos desafios de regulação e as novas exigências que são maiores exigências e que queremos que sejam maiores exigências possam ser feitas num ambiente em que não gerem custos naos gerem problemas adicionais ao funcionamento das empresas e não gerem também aquilo que hoje é um entrave ao que se quer de inovação no setor.

Um outro desafio que penso que é importante é a valorização dos recursos humanos e é algo que é muito importante em qualquer entidade mas que penso que na ASF é particularmente importante é uma entidade com recursos de uma dimensão muito mais pequena de que outros reguladores como o Banco de Portugal mas que tem recursos de grande qualidade e isto não é apenas uma questão da ASF é uma questão comum a toda a função pública e a todo o setor público em que houve algumas saídas de pessoal porque é pessoal altamente qualificado e por isso mesmo também tem procura no mercado é importante garantir não só a reposição mas também que há um constante renovar de pessoas principalmente para fazer face às novas exigências de regulação quer as que já referi das entidades mutualistas quer por exemplo as exigências que se colocam com a digitalização e com os novos desafios que também traz. Melhorar as práticas de supervisão tornando-as mais eficientes e eficazes é também importante ter mecanismos de audição mas ter mecanismos também de controlo não apenas contabilísticos mas indo mais longe e olhando para a própria valorização dos ativos queria desenvolver mais este ponto mas



vou deixar por aqui olhar para as alterações tecnológicas e de inovação penso que também já referi.

Queria deixar uma última palavra para não exceder muito o meu tempo sobre a minha própria pessoa a minha experiencia e o que eu penso que a minha experiência pode aportar a este cargo que me proponho agora a desenvolver. Penso que a minha experiência quer a experiência profissional já passada de ter estado na Associação Portuguesa de Seguradores me deu uma grande abertura para os temas desta área. A minha experiência académica será útil e será interessante neste cargo no sentido do aprofundamento que tem de se dar aos temas e à análise da supervisão quer nos casos concretos quer no pensar e no repensar do sistema. Penso que a minha experiencia governativa me dá uma experiência que é sempre de tomada de decisões me dá uma experiência de capacidade de decidir e de enfrentar o que são desafios importantes na tomada de decisão que requerem por um lado um bom conhecimento do que são as melhores práticas uma boa capacidade de análise mas que requerem também uma capacidade de experiência e de medir todas as consequências que os atos de regulação têm no mercado nos operadores e na defesa do direito dos consumidores. Neste cargo um aspeto importante é a independência e nesse aspeto penso que na minha atuação como governante e até anterior dei provas de ter capacidade de independência face aos diferentes interesses que se moviam na área em que eu tutelava o ministério da economia. Mas até antes também a área da independência dei provas de independência política e de boa cooperação interpartidária quer penso eu aqui e sempre tentei manter isso no meu trabalho parlamentar e na forma como me relacionei com os Deputados e com as questões que



levantavam mas quer anteriormente ao trabalho governativo por exemplo no trabalho que fiz com os fundos comunitários e em que trabalhei em conjunto com o anterior Governo partido social democrata e do CDS mas trabalhei em conseguir para o país um melhor enquadramento para os fundos comunitários. Consegui nessa altura até que o secretário geral do partido socialista se desse apoio ao Governo no sentido de mostrar que havia apoio a algumas das reivindicações que o Governo tinha junto das entidades comunitárias de conseguir para Portugal um melhor acordo. E penso que se houve melhorias e havia muitos outros aspetos que todos desejávamos e que a seguir não era uma questão pessoal ou de outros partidos mas penso que nesse sentido dei garantias que no passado de conseguir trabalhar com todos os partidos e também garantias de independência face quer a entidades públicas quer também às entidades privadas que neste caso da regulação são muito importantes e que é importante conseguir manter. Já ultrapassei um bocadinho o meu tempo deixo outras questões para abordar nas perguntas que façam muito obrigada».

Todos os grupos parlamentares com assento na COFMA intervieram seguidamente colocando as mais diversas questões na primeira ronda.

O Grupo Parlamentar do PSD, através da Deputada Sara Madruga da Costa deu início à sua intervenção que aqui se reproduz:

«Muito obrigada Sr. Presidente. Gostaria em primeiro lugar de cumprimentar o sr. Professor Doutor Manuel Caldeira Cabral que foi indigitado para integrar o Conselho de Administração da ASF e vai por isso ser ouvido nessa qualidade.



Sr. Professor, para o PSD há duas condições essenciais para a nomeação de uma autoridade de supervisão independente que quereremos assegurar: independência e capacidade técnica especializada.

Começamos pela independência que exigimos aos reguladores e por isso aos seus administradores. Esta deve ser uma independência face às empresa reguladas face aos demais reguladores mas também e muito particularmente face ao poder político isto é ao Governo de cada momento e às maiorias e minorias parlamentares de cada momento.

O PSD tem vindo a defender o imperativo da independência das entidades administrativas independentes. E o Governo atual tem-nos dados vários sinais preocupantes de pouca consideração por essa independência.

A independência, orgânica, política, técnica e a autonomia financeira organizatória destas entidades é fundamental para assegurar a imparcialidade na regulação.

Esta audição é por isso para nós imprescindível para confirmar ou não se o candidato indigitado, ministro da economia de novembro de 2015 até outubro de 2018 e atual deputado reúne ou não as devidas condições técnicas e de independência perante o Governo para exercer as funções de vogal da ASF.

Começaria por isso por questionar o Sr. Prof. Dr. Manuel Caldeira Cabral, acerca da questão da independência, da independência governativa.



O Sr. Prof. foi ministro conforme já referi até outubro de 2018, é deputado, foi cabeça de lista, recebeu um mandato de confiança dos portugueses, tem vindo a cumprir uma determinada agenda e um determinado programa governativo.

Esteve muitas vezes sentado em reuniões do conselho de ministros.

E se é verdade que o Professor Caldeira Cabral evidencia curricularmente importantes conhecimentos económicos, por outro lado, ficam dúvidas relativamente à opção do Governo de indicar um Deputado em funções, que até há pouco foi membro do Governo.

Esta opção suscita para nós relevantes dúvidas sobre de que forma e em que medida está o interesse público devidamente salvaguardado quando se indica um ex membro do governo e deputado para estas funções.

E pretendemos por isso que explique quais as garantias de independência que oferece e de que forma tenciona exercê-las.

Que concretos compromissos nos pode prestar quanto ao seu afastamento e isolamento face a um certo Governo e a um certo partido político enquanto estiver no desempenho de funções de regulador independente?

Para além da independência, o PSD também tem uma preocupação fundamental relativamente à capacidade técnica especializada da regulação.



Ser deputado ou político não deve ser motivo para obter um passaporte para uma entidade reguladora.

E se a sua carreira profissional sugere que em termos de competência está numa posição bem diferente do que por exemplo estava o outro Deputado socialista que sem o mínimo conhecimento e capacidade técnica foi indigitado para outra Entidade Reguladora.

Precisamos nesta audição de confirmar e verificar a sua capacidade e os seus conhecimentos técnicos especializados para a regulação de seguros e fundos de pensões.

Portanto pretendemos também colocar algumas questões cinco questões relevantes sobre seguros para além da questão fundamental da independência que já colocamos.

Sr. Professor o atual ambiente de baixa taxas de juro continua a afeta a rendibilidade e a solvabilidade das seguradoras e dos fundos de pensões nacionais.

Como pensa que se pode inverter esta tendência?

A segunda questão já foi de alguma aflorada de forma substancial na sua intervenção inicial prende-se com a implementação da Solvência II, ainda há certamente um longo caminho a percorrer na adaptação e na modernização dos sistemas de reporte, no aumento da capacidade e sofisticação analítica e na melhoria da informação. Concorda ou não com esta afirmação e qual a sua opinião sobre esta questão? A terceira questão como devem as seguradoras preparar os riscos externos oriundos da



tecnologia e o impacto da digitalização? A quarta questão é à poupança que se deve grande parte do crescimento económico e precisamos de perceber como vê o surgimento de um produto europeu de poupança - PPR europeu?

Como sabemos os níveis de poupança dos Portugueses estão extremamente baixos, entende que voltar a atribuir um benefício fiscal, nos produtos de poupança seria um caminho para aumentar os níveis de poupança?

E por fim uma questão que também achamos que só de uma forma bastante superficial abordou na sua intervenção inicial que tem a ver com a tendência de envelhecimento das populações que como todos sabemos é talvez um dos maiores riscos como vê a questão no futuro da sustentabilidade da segurança social e no desenvolvimento económico do país enquanto instrumento gerador de poupança?

E para já são estas as questões iniciais que gostaríamos de colocar».

O Presidente em exercício concedeu a palavra ao **Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral** para responder tendo o mesmo respondido com a intervenção que aqui se reproduz:

«Muito bem sobre as questões da Independência eu penso que é do conhecimento todos eu sou eu fui Deputado como independente tive no Governo era uma das várias pessoas que estavam no Governo e que era independente portanto não sou filiado no Partido Socialista o que não me faz melhor nem pior do que ninguém. Mas de qualquer maneira não sou membro do partido e nesse sentido sempre pautei a minha atuação por participar em questões de definições de politicas no sentido de policy



muito mais do que no sentido de participar na vida partidária. Já tinha aliás demonstrado ou dito que não iria continuar como Deputado no próximo mandato. É uma experiência que eu penso que valorizo muito e foi muito interessante mas não iria continuar, dei o contributo e acho que dei o meu melhor na minha atuação política mas não me vi nunca como uma pessoa que fosse desenvolver uma carreira política não era esse o meu objetivo não teria nada contra fazê-lo mas sou uma pessoa que desenvolveu uma carreira acadêmica fez varias outras coisas durante a sua carreira acadêmica também de investigação de ensino etc mas que participa na política mais para dar um contributo do que propriamente por ver aí o meu futuro profissional e isso acho que me garante bastante independência no sentido de não é o meu objetivo continuar uma carreira política portanto não tenho nesse sentido um prendimento ou uma amarra que me ligue a algum futuro ou a produzir algum futuro. Penso que essa é uma condição que pode ser interessante e importante de independência. Para além disso eu penso que na atuação que tive no Ministério da Economia tive o respeito grande pela independência das entidades que tutelava nomeadamente pela entidade da concorrência para a qual por exemplo nomeei uma pessoa que está fora de qualquer espectro partidário. Na entidade reguladora da energia em que houve alguma polémica sobre

as propostas com a qual eu discordei com essa polêmica e discordei pelos motivos que vou dizer a seguir. Eu penso que ao contrário do que se pode entender eu penso que pessoas com alguma experiência política nomeadamente como Deputados, como Ministros, como secretários de estado ou com outras experiências desse género são pessoas que estão habituadas a falar em público são pessoas que estão habituadas a



defender posições contra outras posições de outras pessoas. São pessoas que não estão em conselhos em que entram mudas e saem caladas porque se têm alguma coisa a dizer dizem. E nesse sentido eu penso que a capacidade de ter frontalidade a capacidade de ter capacidade para defender o que se pensa em público é um fator importante de garantia não só da independência da pessoa mas de que essa pessoa exerce efetivamente essa independência quando é necessário tomando posições salientando as suas divergências. E penso que nesse sentido da atuação pública que tive reforçou essa capacidade de mim e não a diminui muito pelo contrário e portanto queria salientar isso. Quanto às questões e não as queria deixar de responder porque o tempo é sempre curto que salientou de relativamente aos seguros eu penso que são questões muito relevantes. A baixa de taxa de juro de fato afeta rentabilidade dos fundos e portanto eu penso que nesse sentido há sempre uma questão importante que é a baixa da rentabilidade será enquanto houver taxas de juro baixas será muito aplicada a quase todos os ativos de seguros. E portanto há aqui um equilíbrio importante quando se tem obrigações de longo prazo é importante manter uma parte importante dos ativos em ativos de baixo risco e com a baixa das taxas de juros esse ativos de baixo risco serão ativos que obviamente terão baixa rentabilidade sendo que apenas uma parte pequena da carteira poderá procurar rentabilidades maiores. Penso que a segurança nesses casos tem a ver com a forma como se assumem compromissos. Se assumem compromissos com base em rentabilidade esperada elevadas esses compromissos podem depois ter dificuldades a serem cumpridos se se assumem compromissos com base na própria rentabilidade obtida mesmo sendo compromissos de longo prazo o facto de haver baixa rentabilidade vai obviamente a



prazo dar um menor retorno a esses fundos mas vai dar também um menor retorno às pessoas beneficiárias não é positivo para as pessoas beneficiárias. Nem é um estímulo à poupança já começando a responder à pergunta seguinte mas não põe em causa solvabilidade é essa a questão. Quanto à poupança eu penso que é muito importante o estímulo à poupança Portugal é um país que tem metade do capital por trabalhador da média dos países da OCDE. Nós muitas vezes esquecemos isso nas comparações internacionais que fazemos mesmo quando nos comparamos com Espanha ou com Itália ou com outros países do sul da Europa estamos muitas vezes com um nível de capital por trabalhador que é quase metade desses países e portanto não é só metade dos países mais desenvolvidos e de facto falta de capital por trabalhador condiciona o crescimento das nossas empresas condiciona a capacidade das nossas empresas que inovarem e crescerem porque tem sempre uma autonomia financeira relativamente limitada e condiciona muito a produtividade porque obviamente trabalhadores com menos máquinas têm menos produtividade.

É importante o estímulo à poupança se o sistema à poupança pode ser feito por um produto europeu eu penso que o produto europeu pode ser positivo em termos de dar confiança não sei se será capaz de dar níveis de rentabilidade muito superiores aos produtos que hoje em dia dispoem mas poderá dar confiança e isso penso que poderá ser importante porque se trata no mercado vez que se trata de compromissos de muito longo prazo.

Quanto às questões dos benefícios fiscais eu penso que se deve ponderar houve um trabalho muito importante do prof. Fernando Alexandre sobre várias questões ligadas à poupança que de fato refere diferentes questões e que eu acompanhei esse



trabalho, por ele ser meu colega na Universidade do Minho mas pela apresentação que fez penso que ao Banco de Portugal e que é muito interessante havia várias outras medidas mas eu penso que o benefício fiscal é uma das medidas possíveis, mas isso não será uma decisão da entidade reguladora será uma decisão obviamente do parlamento porque matéria fiscal será sempre uma decisão do parlamento. Dentro de estas questões todas os riscos que referiu da tecnologia eu penso que há riscos e oportunidades e que é o equilíbrio dos dois que são importantes e o envelhecimento das populações liga-se a todas estas questões que estávamos a falar. Uma situação de envelhecimento da população e de baixa poupança é obviamente uma situação que levanta preocupações e portanto uma população e envelheçimento e principalmente com um grupo muito grande de pessoas que estão podemos dizer na meia-idade e que serão reformados dentro de 10,15,20 anos com uma população abaixo dessas pessoas em termos geracionais muito mais pequena requeria níveis de poupança mais elevados para que haja uma sustentabilidade maior dos níveis de rendimento das pessoas e nesse sentido será sempre uma preocupação eu penso que do país mas também de quem gere instrumentos tão importantes para a poupança como são os seguros nomeadamente o ramo vida».

O Grupo Parlamentar do PS, através do Deputado Fernando Anastácio deu início à sua intervenção que aqui se reproduz:

«Obrigada. Muito Bom dia Sr. Prof. Manuel Herédia Caldeira Cabral queria em primeiro lugar desculpe cumprimentá-lo estou mais habituado a tratá-lo por Deputado por ser colega quando se trata dos títulos académicos nota-se alguma dificuldade,



notou-se, notou-se. Mas em primeiro lugar obviamente felicitá-lo, felicitá-lo pela indigitação, mas também e até pela intervenção inicial que aqui já teve a oportunidade de nos fazer onde deixou um retrato relativamente aberto e claro de qual é a sua perceção pelo setor queria também deixar aqui uma referência muito particular à conclusão do processo da CRESAP onde foi já emitido o parecer e considerando o perfil adequado particularmente a referência às competências técnicas e comportamentais que sustentam a apreciação muito positiva para o desempenho do cargo em causa e estou a citar o respetivo parecer. O seu currículo e a sua experiência profissional são conhecidas e portanto também estão na nossa perspetiva em linha com aquilo que é exigido à função para a qual está indigitado. Contudo e tendo em consideração que também temos um tempo relativamente limitado não deixarei desde já passar a colocar quatro ou cinco perguntas que gostaria e relativamente e precisamente que nos respondesse e desse a sua visão relativamente ao setor. E a primeira vai-se colocar relativamente ao quadro legislativo que decorre da transposição das Diretivas e da distribuição de seguros e portanto é fazer a pergunta como é que vê ou enquadra a missão da ASF face a este novo quadro legislativo. Também uma outra questão que se põe essencialmente nos desafios que se poderão colocar e que estão a encontrar decorrentes das alterações recentes e da aplicação do novo regime jurídico da distribuição de seguros e resseguros são matérias que estão na área onde terá intervenção a entidade reguladora e nós gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre esta matéria também pedia-lhe uma perspetiva das responsabilidades da ASF enquanto supervisor muito em particular face ao novo regulamento, ao regime jurídico se acha que o caminho que temos vindo



a percorrer sobre esta matéria quais são as dificuldades essenciais e como é que se coloca relativamente às responsabilidades da ASF nesta matéria. Numa outra perspetiva queria no fundo também perceber qual é a sua opinião que guarda face ao modelo regulatório atual e se ele é o adequado e como é que ele precisa na sua perspetiva de evoluir para que a ASF esteja em condições de cumprir o seu papel particularmente face aos seus destinatários nomeadamente tomadores de seguros, participantes, beneficiários.

Queria também e na parte final destas questões que na primeira ronda lhe colocaria perguntar-lhe de quer forma pensa que o seu contributo pode fazer a diferença e ser complementar para que com os restantes membros do conselho de administração seja garantido sempre o interesse nacional nomeadamente na defesa dos responsáveis pela atividade seguradora e resseguradora dos fundos pensões das respetivas entidades gestoras de seguros e dos consumidores. Parece-nos essencial perceber a sua perspetiva relativamente a isto e terminava com uma última questão que aliás já aqui foi abordada mas também a temática da poupança que é uma questão importante os níveis poupança como já referimos são muito baixos em Portugal e no fundo é deixar-lhe uma pergunta que já teve a oportunidade de responder parcelarmente que era como poderá ver a ASF e que contributo a ASF poderá dar para influenciar novos hábitos de poupança e nomeadamente se poderão surgir novos produtos, campanhas ou benefícios. Qual o papel que vê que a ASF enquanto entidade reguladora pode ter na dinamização deste mercado. Essencialmente eram estas as questões que lhe iria colocar-lhe na primeira ronda.»



O Presidente em exercício concedeu a palavra ao **Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral** para responder tendo o mesmo respondido com a intervenção que aqui se reproduz:

«Muito obrigado começaria se calhar pelo fim e por esta questão que levantou da poupança que é de facto bastante importante. A questão da poupança e a forma como a podemos estimular eu penso que no caso da entidade reguladora temos de garantir em primeiro lugar a confiança e penso que a confiança nos produtos de poupança de longo prazo é um dos aspetos mais importantes e por isso eu penso que alterar de supervisão de seguros e fundos de pensões tem um papel muito importante que é o papel que pode parecer apenas passivo mas quer é um papel que vai requerer uma função ativa para garantir que não há problemas nem surpresas que ponham em causa a confiança das pessoas porque a poupança é sempre um ato confiança quando aplicamos a poupança e produtos de médio e longo prazo estamos a confiar que estamos a diferir possibilidades de consumo atuais para ter de facto benefícios futuros queremos que estejam de seguros e penso que nesse aspeto é muito importante. Mas há mais a fazer eu penso que a informação e o fazer as pessoas refletirem sobre o seu ciclo de vida e sobre as alterações que estão a ocorrer na demografia portuguesa são importantes para as pessoas perceberem qual a importância da poupança nomeadamente para o complemento de reforma e em que medida é que essa poupança pode ajudar a que mantenham depois da reforma níveis de vida e possibilidades de consumo mais elevadas. Indo mais uma vez do fim para o princípio que contributo é que eu posso dar para fazer a diferença eu penso e em certa



medida pelo que aqui já respondi penso que a experiência académica que trago e de fato o relatório da CRESAP valorizou essa experiência mas há uma capacidade de análise e os seguros têm questões muito complexas em termos de análise económica e penso que esse aspeto é muito importante. Mas é mais importante porque está ligado a uma experiência governativa, uma experiência executiva de gestão também que permite adequar o que é a interpretação do que são os melhores práticas mas adequar à realidade das empresas a perceber como é que diferentes exigências que podem ser colocadas eventualmente de diferentes formas podem ter maior eficácia para os objetivos que se propõem e podem também ter diferentes custos de compliance custos de execução e isso é importante neste setor muitas vezes podemos pensar nos seguros apenas pelas grandes empresas mas há também um conjunto muito grande de mediadores etc de pequena dimensão e é importante estar atento para que seja exigente e para que se tenha de facto toda a segurança do que está a fazer mas que não se faça isso utilizando instrumentos inadequados e que gerem depois custos muito elevados nomeadamente para esses agentes de pequena dimensão. A minha opinião face ao modelo regulatório atual, de uma forma muito simples é que o modelo já dava bastantes garantias mas está a evoluir no sentido positivo. Penso que a diretiva de distribuição de seguros dá a melhor proteção aos clientes tem requisitos em termos de exigências de qualificações e de formação mais fortes, requer mais informação ao cliente e penso que será o nosso papel garantir que essa informação é relevante e complementar essa informação mais detalhada com informação mais simplificada mas mais fácil de perceber pelos clientes e tem também algumas normas que eu penso que são muito interessantes e que penso que devem



ser de facto levadas a cabo de prevenção de conflitos de interesses que vão ao ponto de definir por exemplo que os regimes de remuneração não podem incentivar a que os agentes estejam a promover junto dos clientes seguros que não correspondem ao seu perfil ou que não se adequam às suas necessidades. Penso que isto é muito importante e quando se pensa para trás no que se fez até noutras áreas do setor financeiro e no aconselhamento que pessoas das empresas e nos estímulos e prémios que existiam para que se vendessem e tivessem a dar aos clientes perfis de carteiras de investimento que se revelaram totalmente desadequadas e que se percebe que eram desadequadas à partida mas que não correspondiam a u, serviço de dar a carteira mais adequada mas antes um serviço ligado objetivos de remuneração penso que estava aqui a particularizar muito mas eu queria aqui salientar é que há aqui aspetos que vão bastante fundo e que não têm de criar mais custos nem mais burocracia mas que têm agora a possibilidade de serem questionados de serem revistos de quando forem apontados se poder atuar com maior prontidão e penso que isso é muito importante. Havia aqui mais algumas perguntas mas se calhar não queria estar aqui a exceder muito o meu tempo.»

O Grupo Parlamentar do BE, através da Deputada Mariana Mortágua deu início à sua intervenção que aqui se reproduz:

«Muito obrigada sr. presidente também cumprimentar o ainda deputado Manuel Caldeira Cabral eu tem algumas questões mais específicas a colocar sobre o setor dos seguros mas não resisto a esta discussão sobre a poupança e o que ela significa porque acho que acho que se confundem conceitos que não me parece estarem muito



corretos mas é sempre uma divergência mais teórica outra coisa porque a ideia de que que é poupança que gera crescimento económico eu acho altamente duvidosa, para já porque temos que separar poupança entre empresas e pessoas. A poupança das pessoas dá de fato autonomia financeira se não for feita à custa de investimentos. Se for feita à custa de investimentos ela pode prejudicar o crescimento futuro e a poupança futura mas a poupança dos indivíduos das pessoas não parece que nós estejamos a discutir a poupança das empresas quando falamos de fundos de pensões. Estamos a discutir é a poupança dos indivíduos e das pessoas e a ideia que a poupança das pessoas pode contribuir para crescimento económico depende. Depende muito porque o que tem acontecido nos últimos anos nos Estados Unidos e no mundo ocidental é que a riqueza está cada vez mais concentrada justamente em pessoas que têm altas taxas de poupança e que estão a utilizar esses fundos das suas altas taxas de poupança que acabam de ser canalizados para fundos de pensões e outros instrumentos especulativos e isso tem sido uma das causas da instabilidade económica e da estagnação económica e portanto dizer que a poupança leva necessariamente a crescimento econômico é muito é muito duvidoso. Por outro lado também é difícil exigir taxas de poupança a famílias e ao resto da estrutura social que ganha pouco. Portanto antes de ser um problema de poupança diria que é um problema de distribuição de riqueza. Talvez depois seja um problema de poupança e quando chega o momento da poupança eu acho que não é uma questão macroeconómica mas acho que tem um papel fundamental em garantir rendimentos estáveis das pessoas ao longo da vida isso é, não nenhuma dúvida sobre isso, mas até essa estabilidade rendimentos ao longo da vida, há que pensar se isso deve ser



feito por um sistema público de segurança e solidariedade ou por um sistema de pensões privados e chego aqui para lhe perguntar justamente pelo PPR europeu e pela visão sobre a privatização progressiva das formas de poupança e sobretudo pelas formas de pensão. O PPR europeu surge a seguir um forte movimento de lobby dos fundos de pensões a nível europeu, não podemos esquecer isso e a minha pergunta é qual é o papel dos grandes fundos de pensões a nível internacional na estabilidade financeira e até na estabilidade dos rendimentos na medida em que os rendimentos passam a estar dependentes de mercados financeiros. Há uma razão para na Europa os cidadãos terem estado muito mais protegidos da crise financeira ao nível dos seus rendimentos, das suas poupanças e das suas reformas do que nos Estados Unidos. É que na Europa as suas poupanças dependiam menos dos mercados financeiros esta ideia de que uma poupança é sempre boa. Dois essa poupança é sempre boa se for canalizada para mercados financeiros parece-me muito parece-me errada e parece uma das causas da instabilidade económica que vivemos. Tirando esta discussão porventura inútil neste momento gostaria de perguntar como é que como é que antevê de concentração no setor segurador uma vez que se avizinham grandes operações de concentração e o que é que isso pode trazer para o mercado em Portugal. isso também surge na sequência de nova legislação que aprofunda a concentração por exigir mais normas regulatórias e mais requisitos que são difíceis para as pequenas seguradoras de cumprir e portanto como é que esta combinação de fusões e aquisições e nova regulação e o que é que isso pode fazer à concentração do setor em Portugal como é que vê os riscos prudenciais associados aos seguros eu tenho dificuldade em fazer essa análise, já lhe disse isso na outra



audição. Acho que muitas vezes só depois das crises é que nós percebemos quais é que eram os problemas. O facto de setor segurador em Portugal não ter tido uma crise faz com que estejamos alertas para os riscos prudenciais associados ao setor segurador. Gostaria de saber também a sua opinião sobre isso. a última questão, qual é o papel da ASF enquanto supervisor e regulador nas associações mutualistas em especial no período transitório e gostaria de clareza nesta resposta porque já passamos um período em que tivemos muito pouca clareza. Tivemos aqui uma audição da próxima presidente da ASF que nos diz no período transitório a responsabilidade de supervisão das mutualistas é da tutela. Esta é uma opinião diferente daquela que ela tem manifestado nomeadamente sobre o episódio de retirar de idoneidade a Tomás Correia e por isso parece-me que era importante perceber qual é opinião sobre os reais poderes da ASF sobre as atrações mutualistas durante este período transitório que é um período onde não se percebe muito bem o que é que o que é que vai acontecer E são estas as questões que tinha.»

O Presidente em exercício concedeu a palavra ao Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral para responder tendo o mesmo respondido com a intervenção que aqui se reproduz:

«Eu ia exatamente começar por responder a essa questão. Eu penso que é uma que é uma discussão muito útil importante e penso que a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões tem um papel importante de facto nas questões que colocou mais à frente de riscos prudenciais de provisões de dar confiança ao mercado é muito importante para garantir confiança à aplicação das poupanças e nesse sentido



é um estímulo à poupança. Eu penso que a discussão que colocou sobre poupança é uma questão muito relevante não só na análise da poupança e penso que obviamente a poupança tende a ser maior a pessoas com maior rendimento há países com culturas diferentes que também valorizam mais a poupança mas quando estamos a falar de Portugal e do mesmo país e de pessoas da mesma cultura mas com rendimentos muito diferentes estamos a falar de um país que tinha altas taxas de poupança com pessoas com menos rendimento do que têm hoje e que passou a ser um país com baixa taxas de poupança e isso teve a ver com razões positivas e negativas nomeadamente o acesso ao crédito fez com que as pessoas necessitassem muito menos de fazer poupança para depois comprar bens a crédito etc, portanto toda uma discussão penso que às vezes as soluções mais fáceis de então restringindo o acesso ao crédito ou restringindo a capacidade das pessoas ou fazendo uma poupança obrigatória haveria soluções. Eu acho que não há soluções fáceis mas é preciso olhar para esta questão. Quanto à poupança gerar crescimento isso levávanos para o célebre modelo neoclássico do Solow de acumulação de capital é óbvio que esses modelos de crescimento posteriores a esses nomeadamente os modelos de crescimento endógeno e muitos outros modelos que refletem muito o papel da inovação tecnológica da capacidade de absorção de tecnologia das qualificações do papel do Estado na economia como promotor da inovação e da questão da qualidade das instituições públicas e dos incentivos que dão e portanto tudo isto é muito mais complexo do que a acumulação de capital pura e simples mas sejamos claros Portugal ter um nível de capital por trabalhador que é metade dos outros países da união europeia significa que mesmo que tenhamos em termos de tecnologia a mesma



preparação mesmo que tivéssemos a mesma qualificação do nosso capital humano que também não temos mesmo que as nossas instituições funcionassem tão boas com as melhores práticas com metade do capital por trabalhador teríamos sempre menor produtividade porque o capital por trabalhador afeta a produtividade e nesse sentido o que estava a dizer sobre poupança das empresas principalmente sobre a poupança das empresas que induz maiores níveis de investimentos e não sobre a poupança das empresas feitas normalmente em épocas de crise em que basicamente é uma poupança feita com base na retração do investimento e essa poupança das empresas e essa capacidade das empresas criarem margem financeira para investir é importante não apenas para haver mais investimento mas para haver mais e melhor investimento as empresas para investir em áreas que envolvem a sua presença em mercados internacionais para investir em áreas que envolvem saldos de valor e de aumento de produtividade e de inovação precisam de ter uma estrutura de capitais próprios mais sólidas ou se o fizerem com recurso ao crédito podem ter de fato depois uma grande instabilidade que será má para empresas será má para os trabalhadores mas será má para toda a economia em termos de criação de valor. Concentração do setor, estou a abreviar esta questão que nos dava para ficar aqui a manhã toda. Concentração do setor. Eu penso que há aqui dois aspectos sobretudo neste setor há uma área que se tornou mais concentrada nos últimos anos e que tem de facto uma concentração grande que é a área das seguradoras e nessa área de facto temos capital mais concentrado e se virmos por ramos ou por tipos de seguro temos em alguns casos níveis de concentração muito elevados e há a área da distribuição com os mediadores em que de facto há hoje menos mediadores do que houve passado 20



e tal mil mediadores face a um quadro que já foi de 45000 mas nessa área não se pode ser que haja uma concentração a uma atualização grande com depois grandes diferenças entre os operadores E penso que nessa área não devemos reforçar nenhuma redução do número penso que a redução já aconteceu E poderá haver uma ligeira redução se se se isso for a evolução do mercado e não vejo aí com preocupação visto que os números são muito elevados temos sim de assegurar condições para que os operadores mais pequenos e os pequenos mas já não tão pequenos que já estão são pequenas empresas etc tem condições para continuar a funcionar pelo importância que tem muitas vezes de proximidade pela importância que têm de capilaridade também na venda dos seguros por todo o território e poderem fazer em muitos casos serem de facto as pessoas que pela confiança que geram pessoal e pela capacidade que têm de explicar a necessidade dos seguros em zonas em todas as zonas do país e em níveis de consumidores muito diferentes têm um papel importante mas eu penso que é preciso olhar para estes dois níveis para o mercado que tem aspetos de forte concentração e para o qual é preciso olhar na questão de comportamental e também em cooperação obviamente com a Autoridade da Concorrência se houver questões de dessa natureza e numa outra área em que há de facto ainda muita muita em que o setor é muito atomizado com alguns aspectos positivos mas que tinha também alguns aspectos depois menos positivos que eu penso que a maior exigência está em fazer cobro a esses aspectos mas penso também que hoje os agentes de seguros mais pequenos são também muitos casos a pessoas mais qualificadas mais capazes de absorver a formação etc e portanto alguns problemas que se colocariam há uns anos atrás podem se colocar menos neste



momento. Riscos prudenciais que chamou a atenção eu penso que nos seguros há uma estrutura muito diferente de outros noutras áreas financeiras das obrigações são muitas vezes de longo prazo e previsíveis e quanto por exemplo na banca há depósitos que são obrigações e que as pessoas podem manter muito tempo mas também pode retirar de repente Portanto há um risco diferente aqui são riscos de médio e longo prazo nos seguros de vida e portanto eu penso que havendo provisões há menos riscos de instabilidade súbita do que há no caso dos depósitos de outras áreas do sistema financeiro por outro lado nos ramos vida há que ter muita atenção à gestão comportamental mas nos ramos vida há um ciclo financeiro invertido em que as pessoas pagam primeiro e os sinistros e os pagamentos são feitos à posteriori o que dá alguma robustez financeira também a esses setores o que é importante ver essa gestão e análise de riscos está bem feita os métodos atuariais têm de facto para os seguros que têm grande volume e que podiam pôr em causa questões prudenciais a sério têm de facto já um lastro em termos de informação e de trabalho atuarial que eu penso que garante algum equilíbrio mas temos que estar atentos temos que olhar também para novos riscos que podem surgir nomeadamente das alterações climáticas etc temos que estar atentos também a que as provisões são de facto feitas da forma correta e que para além das provisões a própria solidez das companhias que estão por trás desses fundos está garantida mas penso que as novas regras de regulação vão no sentido de reforçar essas garantias tanto adaptação mas vão fato nesse sentido e não o contrário»



O Grupo Parlamentar do CDS-PP, através do Deputado João Almeida deu início à sua intervenção que aqui se reproduz:

«Muito obrigada Sr. Presidente. Cumprimento o Prof. Manuel Caldeira Cabral o CDS tomou boa nota da deliberação e do parecer da CRESAP bem como fez a análise curricular do sr. Prof. e relativamente às questões a colocar aqui questões de ordem técnica e questões de independência. As questões de ordem técnica já estão na sua esmagadora maioria colocadas já falarei sobre um detalhe que pediria aflorar mas para nós relevam muito as questões da independência. Não é sequer estranho para o prof. Manuel Caldeira Cabral que assim seja porque eu próprio tive a oportunidade de fazer uma audição sua enquanto Ministro da Economia relativamente a uma audição para um regulador e portanto a nossa posição é clara. A independência dos reguladores tem que ser total tem que ser em relação aos regulados, tem que ser em relação aos restantes reguladores e tem que ser também em relação ao poder político nós interpretamos esta independência não apenas em relação ao mercado não numa interpretação restritiva mas numa interpretação ampla e obviamente que se colocam questões que já foram aqui abordadas que não tem a ver com a questão pessoal e da abordagem pessoal relativamente ao exercício do cargo mas tem relativamente ao compromisso efetivo que pode haver em relação a algumas matérias e eu colocava só duas hipóteses práticas uma passada e uma eventualmente futura para que possa depois sobre isso dizer qual é a sua posição. A primeira tem a ver com a questão das associações mutualistas nos últimos meses nós tivemos um conflito aquilo a que se designa tecnicamente um conflito negativo de competências relativamente à avaliação



de idoneidade de uma associação mutualista porque havia entendimento da ASF que essa competência não era da ASF e havia também por parte do governo uma omissão de intervenção nesta matéria imaginando que sr. prof. já era profissional da ASF que posição teria? Entre a posição que foi a do Regulador de que não tinha ainda competência para esta matéria e a posição de um governo do qual fez parte o ministro no qual foi colega que entendia que já havia e que no limite até legislou para que assim fosse. Qual seria a posição do membro da ASF Manuel Caldeira Cabral se já estivesse em funções ativamente esta matéria. Depois outra questão de tem a ver com a reforma da supervisão a reforma da supervisão. Nós não podemos ignorar que a reforma da supervisão não lhe é estranha e que enquanto membro do governo participou nos trabalhos preparatórios desta reforma. Esta reforma tem sido criticada por vários setores e nós sabemos que há dois problemas relativamente a articulação entre entre os supervisores que são relevantes por um lado das zonas cinzentas por outro lado a preponderância do Banco de Portugal em relação aos outros supervisores em relação a algumas matérias e essas têm sido algumas das questões que tê sido objeto de crítica. Qual é a garantia que temos uma vez nomeado, uma vez designado para a ASF que o facto de ter participado em trabalhos preparatórios desta ou doutra matéria que venha a surgir no futuro de matérias em que tenha tido intervenção enquanto membro do governo não conflituarão com a independência necessária para a posição que tem que tomar é neste caso enquanto regulador e na defesa desse regulador e também no mercado regulado por esse regulador e portanto estas questões de independência são essenciais para nós e por isso queria colocar estas questões de relativamente às questões concretas do exercício de funções na ASF



apenas uma matéria que ainda não foi colocada porque as outras já foram tem a ver com novos tipos de seguros principalmente a contratos de seguros associados ao consumo pequenos de seguros associados ao consumo que são muitas vezes diluídos no próprio na própria relação comercial sem que o consumidor tenha uma percepção clara de que está a contratar um seguro e muito menos tento percepção de quais são as condições daquele seguro ou seja em que circunstâncias é que este seguro poderá ser acionado e que cobertura é que o seguro tem. E portanto a abordagem muitas vezes destes seguros é uma abordagem exclusivamente comercial e portanto é aquela lógica que se diz por mais não sei quanto tem um seguro e não há qualquer há uma assimetria se o mercado seguros já é por natureza um mercado assimétrico devido ao domínio da informação que há por quem comercializa os seguros e para quem é os contrata neste caso essa diferença assimetria de informação é gritante e portanto o que é que considera que o regulador pode fazer nestas matérias quer em termos por um lado exigência a quem comercializa estes seguros quer por outro lado na a literacia dos consumidores para que possam saber o que está em causa. Muito obrigado».

O Presidente em exercício concedeu a palavra ao **Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral** para responder tendo o mesmo respondido com a intervenção que aqui se reproduz:

«Iniciando pelas questões que salientou eu penso que de facto salientou as questões de ordem técnica da CRESAP e penso que de facto o relatório da CRESAP considerou que a minha pessoa é adequada para estas funções com a experiencia



profissional que tenho, mas não apenas a experiência profissional atenção, a CRESAP avalia também questões comportamentais questões sobre a capacidade de gestão e formas de gestão e mesmo questões sobre a forma como pessoas que estão em órgãos representativos e que têm que assumir posições têm capacidade para o fazer ser assertivas tomar posições etc avalia todo um conjunto bastante mais amplo de questões do que só de qualificações ou da adequação de qualificações. As questões de independência obviamente põem-se face aos regulados e põem-se muito face às empresas porque há aí que prevenir conflitos de interesses ou destorção e favorecimento de uns face aos outros em termos de concorrência mas pōem-se obviamente também face ao poder político e é por isso também que as entidades reguladoras são independentes do poder político para que quem toma decisões nas entidades reguladoras possa tomar essas decisões com a liberdade e sem estar quer a implicar com o poder político quer a passar para as empresas a ideia de que as decisões são discricionárias. Mas para isso o que é preciso de facto é pessoas que sejam capazes de tomar decisões que sejam capazes de pensar pela sua própria cabeça e que tenham assegurados um quadro em que trabalham que é um quadro que lhes dá total independência nomeadamente não poderem ser demitidas pelo ministro ou não dependerem depois do ministro ou de nenhum ministro de nenhuma tutela para a sua atuação do dia-a-dia. E é isso que está assegurado nas entidades reguladoras. O meu perfil pessoal que é um perfil que tem sido sempre o perfil de uma pessoa que age e que pensa pela sua própria cabeça que mesmo quando por exemplo escrevi artigos de opinião quando participei etc não tenho sido nunca acusado de ser uma pessoa que age por cabeça de outros ou mesmo no próprio



governo quando tive que assumir posições contrárias às de outros ministros assumi como é normal em todos os governos etc. Quando se está no quadro de uma função no governo está-se, discutem-se- se essas questões no conselho ministros discutem-se essas questões nas relações bilaterais entre os ministros mas essas questões não têm que ser postas cá fora porque se está na mesma equipa. Quando se está no regulador está-se a trabalhar como árbitro e portanto não se tem que estar sujeito a essa disciplina se quisermos de voto mas eu penso que a mesma coisa acontece com os deputados. No grupo parlamentar em que estou a disciplina de voto é apenas circunscrita a matérias muito claras e nas outras matérias já algumas vezes votei contra a posição do grupo sem fazer com isso um conflito mas sem fazer também disso um grande alarme votei em consciência naquilo que pensava de forma diferente e penso é isso que terei de fazer e é isso que terei de fazer na entidade reguladora.

Nas questões concretas que e é um compromisso que aqui assumo na entidade reguladora. Nas questões concretas que levantou e penso que são importantes a questão do conflito negativo sobre a idoneidade e quem seria o responsável pela idoneidade. Eu penso que existiu nas entidades mutualistas foi de facto uma supervisão que estava bem definida para a supervisão bancária e bem definida para a supervisão da atividade seguradora e haver entidades mutualistas de grande dimensão que tinham a sua atividade regulada como entidade bancária e como entidade seguradora não se tendo até porque só a separação das várias entidades e das várias atividades foi feita também recentemente houve já durante vários anos até tentativas e houve até no governo anterior a este tentativas de fazer um novo enquadramento que trouxesse regulação também para estas entidades e o que eu



penso é que a regulação destas entidades a regulação em geral não devia ser feita por órgãos políticos mas sim por entidades independentes. E é isso que foi colocado na lei com um período de transição. Havendo dúvidas se as houvesse porque já nessa legislação estava prevista questões analisar questões de governação etc mas eu penso que a resolução do conselho de ministros que foi aprovada o que foi aprovado no conselho de ministros de facto esclarece todas estas dúvidas. Portanto a questão da idoneidade vai ser e penso que neste momento não há de facto nenhuma polémica nisso a própria entidade reguladora dos seguros está já a fazer o registo e depois a partir do registo ficará com os dados para fazer a avaliação da idoneidade eu penso que será natural que essa avaliação venha já a ser terminada pela nova equipa é possível que seja de facto um processo bastante rápido e o que faremos é essa avaliação com toda a independência e com toda a exigência que se coloca a uma entidade que no fundo tem produtos e tem uma atuação muito semelhante ao que são as empresas de seguros e para as quais temos de ter uma fasquia e um nível de exigência também idêntico.

Penso que nestas questões que se colocam com o Governo ou que se colocam com outras entidades reguladoras que aqui referiu também o que penso que temos de ter é independência pelas nossas posições mas saber também dialogar, saber quais são as posições das outras entidades penso que esta questão das zonas cinzentas era uma questão e uma questão importante penso que haver agora um conselho que coordena as actividades das três entidades vai diminuir a questão de existirem zonas cinzentas porque vai permitir esse conselho decidir em áreas que possam ser ou de sobreposição entre duas entidades entidades se vierem a existir portanto vai dizer no



sector financeiro pode haver áreas dos seguros ou da ASF, área que são do Banco de Portugal ou da CMVM mas há áreas e todas elas são áreas desde a nova entidade de supervisão geral que terá que dar uma resposta ou terá que então esclarecer que a resposta será dada por uma entidade particular. Por isso nesse sentido eu penso que este novo enquadramento regulatório poderá diminuir essas áreas cinzentas e os riscos associados. Não queria deixar de responder sobre os novos tipos de seguros eu penso que é uma questão importante. São seguros que normalmente estão associados a pequenos montantes que são de facto vendidos e comercializados nas lojas associadas a outros produtos. A principal compra é a do telemóvel ou da televisão ou do que seja e o seguro é algo complementar e por isso mesmo temos que ter consciência de fazer um trabalho importante de esclarecimento. Temos que ter muita atenção às reclamações e penso que tal qual quando estive no Ministério o que fizemos com o livro de reclamações electrónico foi para facilitar as reclamações mas foi também para permitir dar melhor uso a toda a informação das reclamações. Ao ser feito a nível eletrónico uma pessoa fica com uma capacidade de utilizar esses dados para detectar um número de casos anormais associados a determinados produtos ou a determinadas seguradoras ou a determinados operadores que estão a vender no mercado e essa análise pode-nos sinalizar onde atuar com mais com mais rapidez e com mais determinação. Mas temos que atuar em todos com uma dificuldade adicional que em muitos desses produtos vêm da livre prestação de serviços portanto estamos a falar de entidades nas quais teremos que coordenar a nossa atividade com outras entidades reguladoras. Mas eu penso que essa análise bem feita e um estímulo também a que haja reclamações nos casos em que não há cumprimento podem



ajudar muito primeiro na sinalização dissuadir do mercado produtos que não estejam de facto a cumprir as obrigações que assumem mas podem ajudar também a criarmos um caso mais forte para nessa coordenação com outras entidades fazer com que elas realmente atuem em consonância com as questões que possam existir.»

O Grupo Parlamentar do PCP, através do Deputado Duarte Alves deu início à sua intervenção que aqui se reproduz:

«Obrigada Sr. Presidente. Queria primeiro começar por cumprimentar o Prof. Dr. Manuel Caldeira Cabral agradecer os esclarecimentos que já deu ao longo desta audição Na nossa audição iremos centrar-nos mais na visão que tem para o sector dos seguros e fundos de pensões mais do que propriamente as questões de independência e questões que foram aqui levantadas até porque como sabe a posição do PCP relativamente à supervisão às entidades administrativas independentes é uma posição é uma questão mais de fundo que pomos em causa essa suposta independência do que propriamente em relação ao concreto de cada um dos agentes que está nessas entidades. Mas portanto em relação à visão do sector nós também já tivemos a oportunidade de colocar na anterior audição um conjunto de preocupações que temos relativamente à questão da concentração da actividade seguradora em mega entidades muito fruto de orientações da parte da União Europeia que favorecem essa concentração como aliás aconteceu também no sector da banca com a constituição de mega entidades e que coloca um conjunto de desafios e também de maiores preocupações também do ponto de vista da supervisão. Ligada também a esta questão a perda ou seja o facto de hoje não existir uma única seguradora com



capital nacional portanto em poucos anos seja via privatização da Fidelidade seja por aquilo que aconteceu à Tranquilidade no âmbito do BES as duas grandes seguradoras deixaram de estar sobre capital nacional e portanto até posso perceber que me diga que a estrutura acionista não é uma questão que diga respeito propriamente à supervisão mas no entanto não deixamos de ter esta preocupação e queríamos também lhe transmitir isso mas também se me pode dizer isso em relação à questão da concentração não é bem assim porque a concentração em grandes entidades isso sim coloca um conjunto de questões de riscos sistêmicos que são maiores quanto maiores forem quanto mais concentradas forem as entidades e portanto queria perguntar qual é a sua visão sobre esse aspecto de alguma forma já abordou essa questão mas tendo em conta estas preocupações. Sobre as regras exigências que vêm em várias directivas que já foram mencionadas também nos vários regulamentos são regras que visam a maior proteção dos clientes maiores exigências nas condutas de mercado mas onde também é colocada nessas regras o princípio da proporcionalidade ou seja tendo em conta a diferente realidade e o diferente risco subjacente a grandes entidades e a pequenas entidades sejam pequenas seguradoras aqui ainda subsistem pequenas e médias que subsistem subsistência no mercado português seja também em relação à pequenos mediadores como já foi aqui também referido ou seja o nivelamento de exigências pode levar a um favorecimento da concentração também por via da incapacidade de dar resposta às exigências que são colocadas isto se não for aplicado o princípio da proporcionalidade que está nessas próprias regras definido e portanto também questionamos na anterior audição e também gostaríamos de lhe questionar sobre a aplicação deste princípio da



proporcionalidade nas várias exigências que são colocadas do ponto de vista das regras neste sector e portanto eram estas as questões que tinha para colocar. Obrigado».

O Presidente em exercício concedeu a palavra ao **Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral** para responder tendo o mesmo respondido com a intervenção que aqui se reproduz:

«Muito obrigado. Eu penso que as questões que coloca sobre a evolução e a visão para o setor eu penso que este sector é um setor extremamente importante para a economia e que penso que deverá continuar a desempenhar o seu papel numa sociedade e numa economia que eventualmente têm maiores riscos e que nesse importante nesse nesse sentido é muito importante que as empresas atuem e enfrentem e os riscos de negócio normais mas que possam ter e confiar que os riscos que podem transferir sejam cobertos sejam mutualizados nesse sentido sejam transferidos para para entidades que os podem gerir com carteiras grandes e podem nesse sentido diminuir o risco individual de cada empresa que atua no mercado. Ao nível dos cidadãos já aqui referimos a propósito da poupança a propósito do envelhecimento da população a maior importância que eu penso que deveria vir a ter e deverá vir a ter na sociedade estes complementos de reforma e a poupança. O que não diminui em nada o papel do Estado na provisão e na garantia de reformas aos cidadãos o haver complementos de reforma não é algo que que eu penso que possa retirar ou diminuir o que são as obrigações do Estado o que temos é de facto entre sistemas de capitalização e sistemas de transferência de rendimento quando há um



maior envelhecimento da população poder ser útil e interessante haver uma mistura entre os dois sistemas o que não quer dizer que uma parte do sistema de capitalização não possa também ele próprio ser público os sistemas de capitalização não tem que se ser eles próprios privados. Quanto à concentração de capital e também à questão que referiu do capital ser nacional é a situação que temos no setor e nesse sentido é a situação com a qual vamos ter que trabalhar. Se a estrutura acionista é algo a que a entidade reguladora não se deve preocupar ou dar atenção. Eu penso que deve dar deve dar atenção a estrutura acionista o sentido em que estrutura acionista pode afetar o modelo de formação o sentido da credibilidade que diferentes estruturas acionistas e os detentores últimos das empresas podem trazer também para o sistema positiva ou negativa. E portanto isso é diferente das entidades poderem controlar a estrutura acionista ou até da entidade de seguros ser quem olha para efeitos de possíveis concentrações no mercado que são muitas destas questões mais uma atribuição da autoridade da concorrência do que serão da ASF mas devemos estar atentos e devemos estar atentos a vários níveis quer a esse nível de alterações da estrutura acionista que afectem a governação e que possam pôr em causa a estabilidade das empresas, a esse devemos estar atentos, quer também efeitos da concentração. Aí na na questão comportamental, na supervisão comportamental devemos estar atentos a que a concentração não leve a uma dimensão da diversidade dos produtos, não leva a práticas concertadas que obviamente seria uma questão de concorrência. Mas que podem ser também uma questão em termos de habilidade em termos comportamentais se com essas práticas estiverem a ser promovidas vendas de seguros inadequadas às necessidades dos



consumidores ou vendas de seguros com prémios etc desajustados face ao que seriam a forma técnica de avaliação dos riscos e nesse sentido se nos preocupa que alguns casos possa haver prémios que não cubram a totalidade dos riscos que ponham em causa a solvência também nos pode preocupar ao contrário que haja prémios que sejam desenhados de forma a que ou por não cobrirem certos riscos lá está nas pequenas letras dos contratos ou por estarem desadequados em termos do valor que cobram face ao que são os riscos previsíveis poderem ser um resultado da concentração do mercado e portanto nesse sentido não havendo uma atuação direta ligada à concentração se houver práticas de abuso de mercado estas devem ser analisados pela Autoridade da Concorrência. Mas se dessas práticas gerarem produtos ou práticas menos próprias ao nível da entidade seguradora devemos estar e atuar ao nível da supervisão comportamental e penso que nesse sentido deverá ver também. Uma última questão que não queria deixar de responder é a questão da proporcionalidade é óbvio que a proporcionalidade é importante em algumas das requisições de informação etc quando se trata de pequenos agentes nomeadamente dos já já referidos mediadores que têm uma dimensão diferente das seguradoras. Já ao nível das seguradoras também há seguradoras maiores e mais pequenas. Eu penso que se pode ter toda essa compreensão e agir com proporcionalidade o que não se pode é ir na parte em que tem a ver com provisões, na parte que tem de ver com questões solvabilidade etc ter menos atenção até porque isso não seria sequer bom para o mercado. Se tivéssemos algum sinal de que seríamos menos exigentes a esse nível estaríamos a dar um sinal também às pessoas de menor confiança nas empresas mais pequenas eu penso o sinal que devemos dar é o de que todas as



empresas de seguros têm que garantir aos clientes as mesmas garantias de solvabilidade as mesmas garantias de provisões técnicas etc. Ficaria por aqui.»

Não houve lugar a segunda ronda tendo em conta que os Srs. Deputados não pretenderam colocar mais nenhuma questão ao Sr. Prof. Dr. Manuel Herédia Caldeira Cabral.

Conforme resulta das transcrições das intervenções dos Srs. Deputados na presente audição, reproduzidas no presente Relatório, todos os Grupos Parlamentares colocaram questões de ordem técnica ao candidato indigitado, tendo o Grupo Parlamentar do PSD e o Grupo Parlamentar do CDS-PP colocado ainda questões e dúvidas acerca da independência do candidato face ao poder e aos partidos políticos.

Da audição resultou que o candidato tem um curriculum que demonstra competência, conhecimentos e experiência genérica que o parece habilitar para funções de regulação económica. Concretamente e em específico relativamente ao setor segurador o candidato não evidencia particular experiência especializada no setor, tendo procurado evidenciar na audição alguma aprendizagem e reflexão sobre as temáticas relevantes para o setor que deverá continuar a aprofundar.

Relativamente ao tema da independência do candidato face ao poder e aos partidos políticos, tema este central para o PSD e para o CDS-PP o candidato



procurou deixar garantias, sendo que as mais relevantes são a sua não inscrição em qualquer partido político, mantendo a sua posição de independente e o compromisso que por diversas vezes reiterou na audição de no futuro não desenvolver carreira política, nem assumir cargos políticos eletivos.



PARTE IV - CONCLUSÕES

A Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa,

procedeu, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 17.º da Lei-

Quadro das Entidades Reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de

28 de agosto, à audição da personalidade indicada para Vogal Executivo do

Conselho de Administração da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e

Fundos de Pensões o prof. Dr. Manuel Herédia Caldeira Cabral, considerando

que o mesmo cumpre os requisitos legais exigidos.

Da audição foi produzido o presente relatório, do qual será dado conhecimento

ao Governo, através do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, nos

termos do n.º 4 do artigo 17.º da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras,

aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto.

Palácio de S. Bento, 07 de maio de 2019

A Deputada Relatora

(Sara Madruga da Costa)

O Presidente da Comissão

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

PARTE V - ANEXOS

Ofício dirigido à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa em que o Governo solicitou o agendamento da audição da personalidade indigitada para o exercício do cargo de Vogal do Conselho de Administração da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (cf. anexo 1 a este relatório), o Professor Doutor Manuel Herédia Caldeira Cabral acompanhado do Curriculum Vitae da Personalidade Indigitada e do parecer da CRESAP, nos termos legais aplicáveis.